

Falta de quórum impede mudança nos limites do endividamento dos estados

por Claudio Kuck
de Brasília

O senado não teve quórum regimental para votar ontem o projeto de resolução nº 45, que altera a resolução nº 94 (expira hoje) e dispõe sobre os limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos estados e municípios. A votação ficou adiada para a próxima terça-feira, mas nas negociações finais ontem, o secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho, não conseguiu incluir no texto geral duas de suas reivindicações, que deverão ser votadas depois em resoluções separadas.

É o caso da garantia de autorização ao estado para realizar uma operação de troca dos títulos estaduais emitidos antes do Plano Collor, assim como aconteceu com uma parcela dos papéis federais. Com essa operação de "convolação" de dívida, os encargos a serem pagos seriam menores, pois renderiam apenas BTNF mais juros de 6% ao ano. Depois de muita discussão ficou acertado que essa pretensão constará de uma outra resolução.

Ficará também para uma nova resolução a rei-

vindicação de que o Senado autorize a rolagem de títulos entre 15 de dezembro e 15 de fevereiro, durante o recesso parlamentar. Apesar da posição contrária do Banco Central, ficaram fora do cálculo para limite de endividamento os dispêndios com as operações que têm garantia dos estados e municípios.

QUÓRUM

Minutos depois de a mesa diretora do Senado ter anunciado a presença na

Casa de 63 senadores, a votação em plenário foi suspensa porque um pedido de verificação de quórum só registrou no painel eletrônico os nomes de 32 deles. Para ser realizada, a sessão precisaria contar com a presença de pelo menos 38 senadores, para continuar o exame do projeto que cria o Conselho de Comunicação Social. É que cinco senadores saíram ignorando o apelo da presidência para assegurar o quórum da sessão.

O Conselho de Comunicação Social está em debate na Casa desde quarta-feira. A polêmica reside num substitutivo elaborado pelo relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), e que senadores de diferentes partidos acham que representa unicamente os interesses dos grandes grupos de comunicação de massa do País. O texto original é de autoria do senador Pompeu de Souza (PSDB-DF).